

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.574 - SP (2018/0308443-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : ISAC SILVA (PRESO)

ADVOGADOS : ANTONIO CELSO GALDINO FRAGA - SP131677

JOÃO MARCOS VILELA LEITE E OUTRO(S) - SP374125

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO EM HABEAS CORPUS. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR, FALSIDADE IDEOLÓGICA E USO DE DOCUMENTO FALSO. *BIS IN IDEM*. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. INOVAÇÃO EM MEMORIAIS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. As questões atinentes à dupla persecução criminal e à ausência de contemporaneidade dos fatos que lastrearam a decisão combatida não foram apreciadas no acórdão recorrido, circunstância que obsta sua análise por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

2. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

3. É idônea a motivação invocada para embasar a ordem de prisão do acusado, ao evidenciar o fundado risco de reiteração delitiva, visto que ele já responde a outras duas ações penais, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 1º, caput, do Decreto-Lei n. 201/1967, 90 e 96, I e V, da Lei n. 8.666/1993 (na forma do art. 327, § 2º, do Código Penal), 288, parágrafo único, e 299, caput, do Código Penal.

4. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

5. Quanto ao suposto excesso de prazo, suscitado pela defesa em memoriais escritos, nota-se que a matéria não foi objeto do recurso e, por isso mesmo, a menção ao tema na véspera do julgamento configura indevida inovação. Além disso, não houve prévio debate pelo Tribunal *a quo*, circunstância que reforça a impossibilidade de seu exame nesta oportunidade, pois configuraria supressão de instância.

6. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**